
11 – EXPRESSÕES DAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NA REGIÃO

O cooperativismo exige que tenhamos a cabeça nas estrelas, os olhos no mundo, o coração no outro e os pés no chão (VEIGA E FONSECA, 2001, p. 15)

11.1 Caracterização do associativismo e cooperativismo

Tendo visto a formação social do campesinato e suas lutas, teremos a compreensão da complexidade em que se reproduz a realidade desses sujeitos sociais na Amazônia-acreana. Assim, nestas duas partes que seguem, nos deteremos mais profundamente na questão das organizações coletivas e comunitárias. Analisaremos os princípios de sua formação e os significados de sua expressividade na conjuntura do espaço agrário regional. Veremos que as idéias de associativismo e cooperativismo, então retomadas, são resultados de longos processos sociais no âmbito das relações de produção que submetem a classe trabalhadora, seja como instrumento a serviço das forças hegemônicas ou como expressões de suas resistências na conjuntura maior que a insere.

Todas as experiências de cooperativismo e associativismo até os dias atuais, sem negar as especificidades socioespaciais em que se realizam, permitem o desenvolvimento de certas dinâmicas próprias. Na Amazônia-acreana, o primeiro ponto que queremos frisar é que as cooperativas e associações surgiram no contexto da ampliação da complexidade que os movimentos sociais organizados tiveram após a consolidação dos STRs. Foram recriadas na busca de alternativas de (re) inclusão econômica, política e social, por pequenos produtores rurais, como estratégia de sobrevivência na sociedade e no mercado, com produtos regionais.

Analizando a situação no Brasil, Paul Singer (In: VEIGA e FONSECA, 2001) se refere ao surgimento de um novo cooperativismo como resposta à crise do trabalho que nos atinge desde que houve uma maior abertura do mercado interno às importações. Nesse sentido, os trabalhadores estariam se mobilizando para que, através da organização de cooperativas, possam tanto impedir a perda de mais postos de trabalho, como de reinserir, na produção, aquelas pessoas que foram excluídas. Todavia, esse “novo cooperativismo” transcende a crise do trabalho, inserindo-se nas dimensões da “economia solidária¹”. Então,

¹ - Conforme o **referido autor** (Id Ibid): “a economia solidária” não é um remendo do capitalismo, mas uma “alternativa a ele”. Segundo **Veiga e Fonseca** (2001, p. 18), a “economia solidária utiliza o poder de articulação coletiva dos indivíduos a partir de suas trajetórias mais ou menos compartilhadas; parte de um referencial teórico e prático longamente acumulado na história das classes trabalhadoras; reconhece que sua força está na participação e na comunicação; necessita estar integrada ao território e às redes de informação, usa de pressão

esta organização da classe trabalhadora tenderia a se firmar como mecanismo capaz de reorganizar o trabalho, a produção e a ação política dos grupos sociais organizados².

Considerando a situação que temos vivenciado na Amazônia-acreana, as organizações que estudamos se localizam todas no espaço agrário, sendo iniciativas da classe camponesa. Estas se caracterizam por duas modalidades de organizações: *coletivas*, referindo-se mais ao sentido das organizações de caráter classista como as cooperativas e centrais de associações; e *comunitárias*, tratando-se mais daquelas que abrangem a comunidade, formadas a partir de laços de vizinhança, como é o caso das “associações de produtores ou moradores rurais” (no Vale do Acre) e as “sociedades agrícolas” (no vale do Juruá). Todavia, sempre as organizações comunitárias constituíram-se em base para a formação da primeira; ao mesmo tempo que essas associações são núcleos descentralizados das centrais e cooperativas.

Há, portanto, duas modalidades de organizações, mas que em si estão devidamente imbricadas. Do ponto de vista prático, o que então diferencia uma da outra? Ou seja, o que é uma cooperativa e o que é uma associação?

Conforme FERREIRA, PRATA e CASTRO (1993), as associações são sociedades com fins não econômicos, sem finalidades especulativas, não se propondo a propiciar lucros a seus associados, mas sim proporcionar gozo de bens imateriais ou de ser úteis e agradáveis. “As associações são sociedades sem fins lucrativos, portanto, são geralmente de natureza assistencial, ou, senão, se dedicam a atividades recreativas, culturais [...]. Por serem sem fins lucrativos elas não podem conceder ganhos ou vantagens patrimoniais aos seus associados” (VEIGA e RECH, 2001, p. 19).

Não há no associativismo formulações de princípios, pois esses basicamente derivam do cooperativismo. Assim, **Veiga e Rech** (2001, p. 15) propuseram que se inicie essa caracterização baseada nos seguintes pontos: “adesão livre”, “gestão democrática pelos sócios”, “participação econômica dos sócios”, “autonomia e independência”, “educação,

coletiva para organizar apoio político e barganhar no mercado; necessita ter a capacidade de articular potenciais humanos e sociais como uma componente estratégica de transformação e de realização de seus objetivos”.

² - Para nós, a “economia solidária” enquanto ideal de transformação e emancipação social, se inscreve no campo das possibilidades; na verdade suas significações se inserem no âmbito da economia capitalista. Todavia, **Singer** (2000, p. 125), explica esta possibilidade comparando com a economia capitalista: “a economia capitalista é de fato um espaço livre para experimentação organizacional, o que possivelmente é uma das causas de seu inegável vigor. Mas o jogo competitivo capitalista tem um claro viés a favor do grande capital: é ele que usufrui de ganhos de escala, é ele que tem acesso privilegiado a novo capital, é ele que exerce influência sobre decisões de política econômica que promovem seus interesses. A economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas

formação e informação”; “interação ao movimento associativista” e “interesse pela comunidade”. As associações, portanto, tem caráter representativo, porém não comercial, embora muitas vezes assim proceda:

A forma mais adequada para a realização de atividades comerciais para os/as trabalhadores/as é a cooperativa, mas a associação é mais fácil de administrar e sua legalização é menos dispendiosa, num primeiro momento e dependendo do contexto do grupo, esta tem se mostrado uma forma adequada para os grupos de trabalhadores que iniciam uma atividade conjunta, sobretudo, os artesãos e pequenos produtores rurais (VEIGA e RECH, 2001, p. 21).

Uma associação de produtores rurais, p.e., poderá auxiliar na organização e no controle de produtos desde a produção até a distribuição nos mercados consumidores. Pode proceder ao transporte desde a propriedade até o local de venda, porém não é pessoa jurídica apta para efetuar as negociações no mercado, representando seus associados. Quando efetua vendas conjuntas, as faz em nome de cada produtor ou de um especificamente, isto é, por exemplo, individualmente, em nome de um dirigente, dividindo os ganhos e encargos tributários que daí advirem.

Na Amazônia-acreana esta realidade está expressa tanto nas associações isoladas como nas organizações mais complexas que formam as centrais de associações. O caráter fundamental dessas organizações, desde o início, era o da busca imediata de ações políticas coletivas contra o abandono no qual o trabalhador rural vivia, tanto na *floresta* como no *campo*. A finalidade comercial surge como uma estratégia de agir sobre o “abandono” econômico em que também viviam.

Mas e as cooperativas? Como se definem? Com relação a isso, conforme **Fleury** (1983, p.32-33):

Definindo-se a cooperativa como uma sociedade de pessoas e não de capital, estruturada segundo certos princípios doutrinários (que podem ser resumidos no princípio de propriedade, gestão e repartição cooperativa) e que procura prover seus membros de bens e serviços, observa-se que a cooperativa, mesmo inserida em uma sociedade capitalista, se distingue de uma empresa privada por seu objetivo e por seu modelo organizacional.

Daí esclarece:

O objetivo de uma empresa é o lucro e ela procura se organizar segundo critérios de eficiências compatíveis com tal objetivo. Por outro lado, [...] a cooperativa não tem como objetivo precípua o lucro para si mesma, mas propiciar os meios através dos quais seus associados possam tornar suas explorações rentáveis. O produtor associado [...] possui uma exploração agropecuária para a qual revertem os benefícios provenientes de sua associação à cooperativa [...]. A cooperativa se estrutura segundo um modelo organizacional que se pretende democrático, no qual as políticas e estratégias a serem adotadas são definidas por um processo decisório baseado em conflito e consenso entre partes interessadas (id *ibid*).

Conforme **Rios** (1989, p.28), as cooperativas são empreendimentos bastante versáteis, podendo apresentar tantas variações quanto as necessidades possíveis a serem atendidas no âmbito da dinâmica econômica vigente. Todavia, esta multiplicidade de tipos de cooperativas (de produção agrícola ou industrial, de crédito, de consumo, de comercialização, de pesca etc.), tende a se unificar a partir de um denominador comum das “três características básicas [...], desse gênero de associação: propriedade, gestão e repartição cooperativa”.

Trata-se de “sociedades de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativos e com fins econômico-sociais” (PINHO, 1964, p. 30). Portanto, o cooperativismo muito mais do que uma concepção doutrinária³, é um conjunto de “idéias, valores e forma de organização da produção de bens e serviços e do consumo que reconhece as cooperativas como forma ideal de organização das atividades socioeconômicas” (VEIGA e FONSECA, 2001, p. 18). Em sentido restrito, “seu objetivo não é o conjunto das pessoas, mas o indivíduo através do conjunto das pessoas” (GOUVEIA *apud* VEIGA e FONSECA, 2001, p. 18).

Isso nos faz entender uma questão levantada por Márcio Dagnoni (2000), assessor jurídico das organizações coletivas e comunitárias no Acre, numa entrevista realizada recentemente. Ele nos explicava que a cooperativa é criada para possibilitar trabalho e viabilização da produção para o cooperado. “Se ela atinge a comunidade é porque consegue eliminar certas barreiras que estavam entre o produtor e consumidor”. Isso é uma consequência e não o fim da organização. A finalidade é viabilizar ganhos aos que estão formando o corpo de associados.

³ - O cooperativismo como doutrina implica em concebê-lo como conjunto de formulações prontas, inquestionáveis em seus princípios. “Doutrina” é dogma, e, como tal, é para ser obedecida. Como nós concebemos que não há formulação teórica acabada, preferimos acreditar que estamos diante de um processo secular de construção de experiências coletivas. Novos conceitos, novas significações estão sendo acrescidas.

Portanto, “o cooperativismo procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla da população nos frutos da atividade econômica. É, portanto, uma forma alternativa de pensar e realizar e coordenar a economia” (VEIGA e FONSECA, 2001, p. 18). É daí que se projetam as relações que transcendem a realidade capitalista que as cercam e fazem brotar as condições objetivas para a solidariedade.

Então, seriam essas iniciativas novas perspectivas de transformação integral viável para toda a sociedade, ou apenas ao atendimento de certos grupos sociais e setores produtivos? Vamos refletir mais sobre isso nos próximos itens.

11.2 União e cumplicidade como princípio de formação

No espaço agrário amazônico-acreano, após os anos 1980, como vimos, houve uma intensa ampliação de diversas formas de reconhecimento do uso da terra para a produção camponesa: projetos de assentamento, áreas de colonização, reservas extrativas. As situações de infra-estruturas, assistências rurais e políticas agrárias, todavia, não acompanharam esses processos. O abandono e a falta de perspectiva logo começaram a atingir a todos os trabalhadores. Nesse contexto houve o princípio da organização comunitária e coletiva com a *luta na terra*, na busca de nova perspectiva para permanecer na *terra de trabalho*.

Entretanto, como vimos, houve condições preexistentes para a efetivação das organizações iniciadas na *luta na terra*, desde a década de 1970, em que podemos destacar:

- As bases históricas de uma produção camponesa que tendia a se firmar na *floresta* e no *campo*, mas expostas a mecanismos exploratórios e expropriatórios.
- A formação de uma consciência comunitária provinda das CEBs no trabalho de pastoral católica.
- O trabalho sindical formando a consciência política dos que tinham condições e necessidades de garantir espaço para sua participação mais efetiva no mercado e na sociedade.
- A tomada de consciência de que sozinho são fracos, porém quando se unem constituem uma força social a ser considerada, no âmbito geral e da sociedade local, inclusive no mercado .

Com isso, entendemos que a idéia do “individualismo” dos camponeses é mero equívoco de quem a apregoa. Historicamente, o campesinato, inclusive na Amazônia-

acreana, teve como característica a solidariedade interna que vai desde as atividades conjuntas de trabalhos com seus vizinhos (mutirões, adjuntos), até a compartilhamento de parte da caça, da pesca ou de um animal criado e sacrificado para o consumo familiar. O sentimento de individualidade se dá, todavia, na condição de autofirmação de cada pessoa, família ou categoria social ao fixarem seus limites na relação territorial vivida, de onde provém a sua territorialidade (o que é diferente do individualismo). Entendemos que no contexto da *luta na terra*, forja-se uma característica fundamental desse campesinato, que é da *cumplicidade* como expressão social que se localiza no território de vivência. Então os camponeses, juntamente com agentes de formação (STR, CNS, CPT/AC), reconhecem suas características individuais, mas enaltecem suas capacidades coletivistas. Eis a razão da luta na terra!

Para fortalecer essa característica e combater o sentimento de egoísmo é que são incluídas proposições educativas em seu processo de formação, condenando certas “atitudes nefastas” (que não são parte da individualidade do sujeito, mas de seu individualismo) e apontando formas de evitá-las, ao mesmo tempo em que se enaltece “atitudes benéficas”, pois “se não soubermos trabalhar unidos entres os companheiros, as organizações vão fracassar piorando gradualmente nossas situações” (CPT/AC, 1987). As atitudes “negativas” que deviam ser evitadas e combatidas eram:

- O **centralismo**: é quando uma pessoa que faz as coisas sozinha; não divide responsabilidades com outros; desconfia da capacidade dos outros e retém informações que seriam de interesse coletivo.
- O **individualismo**: é quando a pessoa só pensa em seus próprios interesses, sendo egoísta e motivada pela rivalidade e pela inveja.
- A **desonestidade**: expressa através de mentiras, fraudes, roubos etc. Com ela cria-se a desconfiança e impede-se um trabalho conjunto.
- A **irresponsabilidade**: reflexo da atitude de uma pessoa que não cumpre com seus compromissos, se desculpando por qualquer coisa. Esta atitude é acompanhada pela preguiça, bebedeira, ociosidade, despreocupação e falta de organização no trabalho.
- A **fofoca**: é quando uma pessoa fala sem o conhecimento de certas coisas, quando se critica na ausência do criticado ou fica repetindo as conversas que escutou.
- A **agressividade**: é quando as pessoas ficam aborrecidas ou irritadas por qualquer motivo e criam brigas com outros. Isso acontece quando um se fecha em suas opiniões e quer impor o seu ponto de vista.

- A **gozação**: é quando uma pessoa fica ridicularizando a outra, fazendo piadas ou imitando algum defeito físico dela, confundindo as brincadeiras sadias e alegres que devem existir entre companheiros e, assim, ofendem as pessoas criando intrigas.

Em processos educativos pautados numa concepção pedagógica do “ver, julgar é agir” (princípios da ‘pedagogia do oprimido’ de Paulo Freire), também enaltecem que as atitudes “positivas” devem ser incentivadas e tomadas por cada associado:

- A **democracia**: a atitude deve ser tomada contra o centralismo, através da participação de todos nas decisões, na compartilhamento das informações e das atividades das organizações, envolvendo a capacidade dos companheiros para organizar os trabalhos e garantir maior apoio.
- A **cooperação**: é a atitude que combate o individualismo, buscando atender primeiro o interesse da comunidade. Então, o trabalho em conjunto é condição básica para melhorar a própria organização.
- A **honestidade**: esta se manifesta na sinceridade, no respeito, no cuidado com as coisas dos outros, na administração dos bens coletivos e comunitários etc.
- A **responsabilidade**: é o cumprimento dos compromissos. Assim, as pessoas contribuem para o bom funcionamento da organização trabalhando de maneira ativa e organizada para resolver problemas.
- A **tolerância e a paciência**: essas atitudes se opõem à agressividade, buscando ser compreensivo e fraterno com os outros companheiros.
- A **objetividade e a franqueza**: são atitudes contrárias às fofocas. Deve-se falar direto ao companheiro, de maneira construtiva e fraterna, com fundamento e conhecimento do que se fala.
- O **respeito**: aqui se combate a gozação. Entendemos que todos devem respeitar a maneira dos outros, suas características físicas, seu modo de expressar suas opiniões e suas crenças. “Para que sejamos respeitados devemos primeiro respeitar os outros”.

Isso seria alcançado com o reconhecimento de que todos estão passíveis de atitudes erradas, mas que esses erros podem ser superados quando há vontade e quando contamos com a ajuda de outros. O caminho para esta superação é a crítica fraterna e construtiva, fundamentada em: posturas fundadas em atitudes certas na intenção de ajudar os

outros; criticar pessoalmente e nunca na ausência do criticado; Saber reconhecer o lado positivo e negativo das pessoas; fazer sua autocrítica; procurar a raiz dos problemas, mas também apontar uma solução; saber reconhecer o tempo da crítica e da autocrítica.

Nisso, então, caminha-se para pôr em prática o aprendido. Entende-se que nesse processo de aprendizagem há constantes ajudas aos companheiros na superação de seus erros. Nesta perspectiva, elaboram normas e sanções para o comportamento coletivo. Por aceitar e participar desses trabalhos já está claro que, reciprocamente, reconhecem os esforços de cada companheiro para superar suas falhas. Nisso residia uma concepção educativa e de respeito recíproco que ainda está presente nos processos de formação dessas organizações.

Nesse contexto, as associações seriam os primeiros grupos a se formarem. Estas surgem com propósitos de articular desde a produção agrícola e extrativista até as articulações políticas na reivindicação por melhorias infra-estruturais nas suas condições de vivências no espaço agrário. No processo de conquistas e avanços da *luta na terra*, estas organizações tendem a ser base nucleada no espaço vivencial agrário para a formação de centrais ou cooperativas que instalam suas sedes em áreas citadinas.

Há uma distinção que deve ser feita quanto à opção pela modalidade de organização. As associações, inicialmente, progrediram mais entre os trabalhadores migrantes, nos PADs e em áreas de colonização. Já as cooperativas sobressaíram-se mais entre os trabalhadores locais, nos projetos de assentamentos extrativistas e nas reservas extrativistas. Isso deve ser entendido no sentido de que, dadas as lutas políticas que os trabalhadores locais já travavam nos STRs, as conquistas que eram buscadas nessas organizações coletivas eram fortemente marcadas pela necessidade de maior espaço no mercado. Já os trabalhadores migrantes, por um lado, traziam experiências negativas do cooperativismo que viveram no Centro-Sul; por outro, as associações, para muitos não sindicalizados, eram instâncias também de embates políticos. Daí, no avanço da luta, estes chegam à estratégia de unir as associações fazendo surgir as *Centrais de Associações*.

Como em geral não são organizações centralizadas, as “centrais” se caracterizam por associações distribuídas em áreas dos municípios em que territorializam suas ações. Daí tem em essência tal qual a cooperativa o caráter de ser coletiva. Vai ao mercado, mas não é pessoa jurídica apta a fazer, por isso, à medida que expande o negócio que representa, tem tido necessidade de criar mecanismos próprios que legalizam juridicamente suas ações. Esta foi a situação da CAPEB (central) que criou a COMPAEB (cooperativa), que é seu braço legal para ir ao mercado e fazer as transações que não podiam mais ser efetuadas pela Central. Entretanto, como salientaram os dirigentes, as duas modalidades agora

caminham juntas, pois na CAPEB está um conjunto de significações que representam as lutas e toda sua história vivida para chegar até a situação atual.

Nas cooperativas, os cooperados geralmente podem estar vinculados diretamente à organização, ou a um núcleo (grupo, sociedade ou associação de produtores) que a elas se vinculam. Na denominação desses núcleos há uma certa variação como, por exemplo: na CAEX, são grupos; na CASAJ, são sociedades agrícolas; e na COOPERIACO, são associações de produtores (agrícolas e extrativistas).

Numa visão comparativa, as centrais (como “associação de associações”) são mais fáceis de serem administradas e custa menos para mantê-las funcionando. Já as cooperativas são mais burocráticas, porém viabilizam melhor as ações externas dos negócios de seus cooperados. No momento dessa pesquisa, o que se pode perceber é que as organizações que mais prosperam caminham para um comportamento cooperativista, dado que a atuação no mercado tende a exigir uma ação mais empresarial. Então essas cooperativas tendem a se firmar como empresas coletivas. De modo geral, são nessas duas modalidades que têm se consumado as experiências das quais estamos tratando aqui (Quadro 7).

Quadro 7:
Organizações coletivas, modalidades e áreas de abrangências

Organização	Modalidade e cidade sede	Municípios de abrangências
CAEX	Cooperativa/Xapuri	Xapuri/Epitaciolândia
COOPERIACO	Cooperativa/Sena Madureira.	Sena Madureira.
Chico Mendes	Cooperativa/Sena Madureira	Áreas produtoras de borracha da Amazônia-acreana
CASAVAJ	Cooperativa/Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Porto Walter, Rodrigues Alves, Thaumaturgo, Guajará (AM).
Projeto RECA	Associação/Nova Califórnia	Nova Califórnia (RO.)
CAEAP	Central de associações/ Boca do Acre	Boca do Acre (AM.)
Bom Jesus do Abunã	Central de associações/Plácido de Castro	Plácido de Castro
A ASPERTA	Associação/Tarauacá	Tarauacá
A COAF	Cooperativa/Feijó	Feijó
CAPEB/COMPAEB	Central de associações – cooperativa/Brasiléia	Brasiléia, Epitaciolândia, Assis Brasil.
COOPEC	Cooperativa/Rio Branco	Rio Branco.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002/2003. Organizada por Silvio Simione da Silva, 2004.

Na realidade, há grande variação na condição de funcionamento de cada uma dessas associações (Quadro 8). Porém, no conjunto, suas perspectivas apontam para espaços que antes estavam negligenciados aos camponeses na vida política, social e

econômica. Este ideário está presente tanto nas organizações mais consolidadas, como naquelas que ainda lutam para se firmarem.

Quadro 8:
Situação geral das organizações – 2002/2003

Organização	Situação atual
CAEX	Em funcionamento. Apresenta uma certa estagnação.
COOPERIACO	Em funcionamento. Com um volume mais modesto de negócios.
Chico Mendes	Em funcionamento sob arredamento. Com razoável movimentação de mercadorias, porém muito dependente de verbas estaduais.
CASAVAJ	Em funcionamento. Com dinamicidade e inovação administrativa. Forte processo de formação política, alinhando-se com o Governo do Estado.
Projeto RECA	Em funcionamento. Com grande progresso já conquistado. Firmam parcerias com o Governo Estado de Acre. Entram com boas condições de negociação e barganha no mercado regional e nacional.
CAEAP	Em reestruturação. Devido a problemas internos, a organização estava semi-desativada. Há grupos trabalhando para recomenciar suas ações.
Bom Jesus do Abunã	Em reestruturação. Devido a problemas internos, está parada. Há discussões de grupo junto a CPT/AC, para reiniciá-la.
ASPERTA	Em funcionamento. Ainda pouco expressiva, atua basicamente no âmbito do próprio município de Tarauacá.
A COAF	Em funcionamento. Com grande avanço na organização dos camponeses florestais. Atua no mercado local, estadual e regional, e se expande a partir de um sério trabalho de formação política. Também alinha-se com as políticas do Governo do Estado do Acre.
CAPEB/COMPAEB	Em funcionamento. Tendo avançado muito nos últimos anos, já atuam com pequenas indústrias de beneficiamento. Tem um forte trabalho de formação política. Formalizam várias parcerias. Tem se alinhado muito com as políticas do Governo Estadual, porém restringindo a interferência interna deste na organização.
COOPEC	Em funcionamento. Ainda pouca expressiva, tenta redefinir seu papel como organização local independente perante a inoperância de seu projeto inicial de ser uma “central das cooperativas e associações” na Amazônia-acreana, sediada na Capital do Estado do Acre.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002/2003. Organizada por Silvio Simione da Silva, 2004.

Independente da situação de cada organização, o que se depreende é que há um projeto de desenvolvimento no qual visam garantir maiores ganhos para seus representados e que, indiretamente, extrapola seus limites sociais. Então, ao eliminarem os intermediários, numa escala de mercado local, estarão conduzindo a ganhos também para outros segmentos sociais locais (sejam agrários ou cidadãos).

No contexto do movimento, “as organizações têm trabalhado isoladamente dois pontos: um é o seu desenvolvimento, o *ser* e outro é o seu crescimento, o *ter*. O *ser* é uma conquista, um processo que chega até a sociedade geral. Já o *ter* depende de um bom planejamento, de estratégias de ações, de atividades e de recursos” (PRIMEIRO (I)

ENCONTRO DE CENTRAIS..., 1995). Essas noções compõem o que podemos chamar de *corpo social das significações da luta*, que vai desde as condições materiais (o *ter*: máquinas, casas, móveis, dinheiro etc.), até condições de um simbolismo socioespacial e territorial⁴ (o *ser*: sua identidade, seus valores, seus objetivos de vida), que se reconstroem a *cada conquista*, com reflexos na vida de *cada família* e na sociedade vivida. São nessas bases que se firmam, até a atualidade, princípios que têm possibilitado os avanços e recuos das organizações. Assim, na cumplicidade coletiva e social, vemos inovação na busca por *viver melhor*. Esse sentido inovador da *luta na terra* somente pode ser entendido como reposta de que as “sementes” da *cumplicidade* e da *união*, apesar de divergências vividas, ficaram plantadas⁵.

11.3 Expressão territorial das organizações no Estado do Acre.

Nessa perspectiva, ou como resultado das políticas estaduais de incentivo ao cooperativismo, muitas organizações têm se iniciado no Acre. Todavia, nem todas vinculam-se a organizações que centralizam suas ações, via uma central de associações ou cooperativa. A importância dessas organizações, sobretudo as agroextrativistas, vem se tornando condicionantes para o produtor, pois, nas políticas de incentivo, a condição para acessar os benefícios exige que o camponês trabalhador esteja vinculado a uma associação rural. Segundo dados da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo do Acre (SEFE/AC., 2002), são 101 associações e cooperativas cadastradas nessa Secretaria e, dessas, trinta e seis acessam a subvenção da borracha⁶.

O atual Governo do estado também mantém programas especiais de incentivo aos produtores organizados, como pela Secretaria de Produção no Programa de Mecanização Agrícola, em que quarenta associações foram beneficiadas nos municípios de Acrelândia, Plácido de Castro, Senador Guiomard e Rio Branco, após 1998 (até 2002). Também tem atuado com “setores especializados” no incentivo ao associativismo e cooperativismo em duas secretarias: SEATER-GP/AC (Secretaria Executiva de Assistência Técnica e Garantia da Produção); e SEFE/AC (atualmente, Secretária da Produção Familiar – SEPROF).

⁴ - Essa situação é possível, pois tais condições se alimentam no *habitus* (BOURDIEU, 1996; 2000) dos sujeitos sociais que promovem a *luta na terra*. Mas, também, é nessa dinâmica que há a reconstrução do *habitus* camponês, efetivado a partir da luta e das conquistas que ocorrem no dia-a-dia do sujeito.

⁵ - Isso, certamente, abriria espaços para pensarmos em projetar as dimensões locais de um *mercado solidário*, como mencionamos anteriormente, nos quais estas organizações estivessem à frente do processo.

⁶ - Lei estadual n° 1.277, 13/01/1999 – “Lei Chico Mendes”, que instituiu o subsídio da produção de borracha. No capítulo 14° deste trabalho trataremos mais diretamente desta questão.

A expressão do associativismo e cooperativismo no Estado pode ser ainda vista conforme os dados da Coordenadoria de Organização Comunitária (SEATER-GP/AC, 2000), tratando das organizações credenciadas, com base em dados levantados sobre parte dos municípios acreanos, o que expomos no Quadro 9:

Quadro 9:
Expressividade do associativismo/cooperativismo, no universo da população rural, com base em dados dos anos 2000⁷.

Municípios	Total de associações	Números de sócios*	População rural do município
Rio Branco	49	1.781	31.434
Capixaba	15	618	2.187
Sena Madureira	25	1.379	10.214
Feijó	14	-	12.206
Cruzeiro do Sul	34	3.271	24.589
Xapuri	9	1.095	6.747
Senador Guimard	30	1.117	8.945
Plácido de Castro	25	740	9.409
Bujari	14	551	3.417
Porto Acre	23	808	8.522

Fonte: SEATER-GP, 2000; ACRE, 2000, v.II. Organizada por Silvio Simione da Silva, 2004.

* - Sócios aqui, geralmente, se referem aos “chefes de família”. Para uma visão numérica do que isso representa, apontamos como número padrão de pessoas por famílias, variando entre quatro a seis pessoas (marido, esposa e filhos).

Analisando o Quadro 9, observamos que em alguns municípios há forte presença de famílias vinculadas às organizações coletivas. Assim, destacam-se aqueles que, em seus territórios, tiveram mais intensamente a territorialização de espaços produtivos camponeses, com projetos de assentamentos e reservas extrativistas como o caso de Bujari, Capixaba e Xapuri. Então, projetando o número de sócios pelo tamanho padrão da família local (quatro a seis pessoas), pode-se afirmar que a maioria dos camponeses acreanos já teve contato ou vínculo com associações e cooperativas.

Esta é uma realidade pouca variável em nível estadual, dado a expressão das diversas microrregiões representadas pelos municípios. Pode-se observar que, em geral, os números de sócios oscilam acima da décima parte da população total de cada município (com exceção de Rio Branco). Isso significa aproximadamente quarenta a sessenta por cento da população rural vinculada a associações e cooperativas. Na situação de Rio Branco,

⁷ - Cabe esclarecer que, até o momento da pesquisa (dezembro de 2002), apenas os dados desses dez municípios estavam disponíveis na SEATER-GP/AC.

calculando o índice de pessoas associadas em organizações coletivas no município (IPAT⁸), este fica estimado entre 22,6% e 33,9%. Essa situação deriva da questão de que, dado as relações de produção estabelecidas no agrário do município, há grande percentual de população vinculada à terra por relações de trabalho empregatício em fazendas, chácaras e sítios.

Essa realidade também é averiguada nos municípios amazonenses e em distritos rondonienses vizinhos, no âmbito territorial da Amazônia-acreana. Para isso, podemos projetar agora os dados das organizações que aí mais prosperaram (Quadro 10):

Quadro 10:
Participação de associados nas organizações em 2002/2003

Organização	Total de grupos	Associados (aprox.)
CAEX	13	384 famílias
COOPERIACO	-	218 famílias
Chico Mendes	-	-
CASAVAJ	15	4.000 pessoas
Projeto RECA	11	155 famílias
CAEAP	4	79 famílias
Bom Jesus do Abunã	25	160 famílias
A ASPERTA	1	1.103 pessoas
A COAF	33	6.000 pessoas
CAPEB/COMPAEB	35	750 famílias
COOPEC	-	-

Fonte: pesquisa de campo, 2002. Organizada por Silvio Simione da Silva, 2004.

No Quadro 10, mostramos dados aproximados, pois com exceção da ASPERTA, centralizada numa única organização, as demais estão descentralizadas e muitos desses dados são específicos de cada grupo ou associação. Só tivemos condições de referir esta expressão, considerando a relação estabelecida entre os núcleos (no espaço agrário) e a central ou cooperativa em áreas das cidades. Para uma análise da expressão da participação no âmbito territorial, teríamos que trabalhar em escalas muitas diversas (dos municípios, mas também da distribuição dos associados no espaço agrário), dadas as bases de territorialização das ações de cada organização (Cf. Quadro 7).

Todavia, essa expressão dos camponeses organizados pode ser notada ao compararmos situações como de Feijó, em que a COAF apresenta aproximadamente seis mil

⁸ - Para determinar o “índice de pessoas vinculadas a organizações coletivas numa unidade territorial”, pode-se aplicar a seguinte equação: $N^{\circ}S \times N^{\circ}F = PA$; $PA \times 100 / PRM = IPA$, sendo que $N^{\circ}S$ = número de sócios; $N^{\circ}F$ = número padrão de pessoas por famílias na região; PA = populações associadas; PRM = população rural do município; e $IPAT$ = Índice de Pessoas Associadas em Organizações Coletivas por Unidade Territorial.

pessoas associadas (todos os membros das famílias). Se considerássemos a população rural do município e o número de população associado na Cooperativa, para o cálculo do IPAT (Índice de Pessoas Associadas em Organizações Coletivas por Unidade Territorial), teríamos praticamente a metade da população rural vinculada à organização. Outra situação é da CAPEB, que congrega uma população estimada em aproximadamente quatro mil e quinhentas pessoas, o que daria por volta de trinta por cento da população rural de Brasília e Epitaciolândia (que somavam juntas, conforme Acre [2000, V.II] por volta de dez mil e quinhentas pessoas).

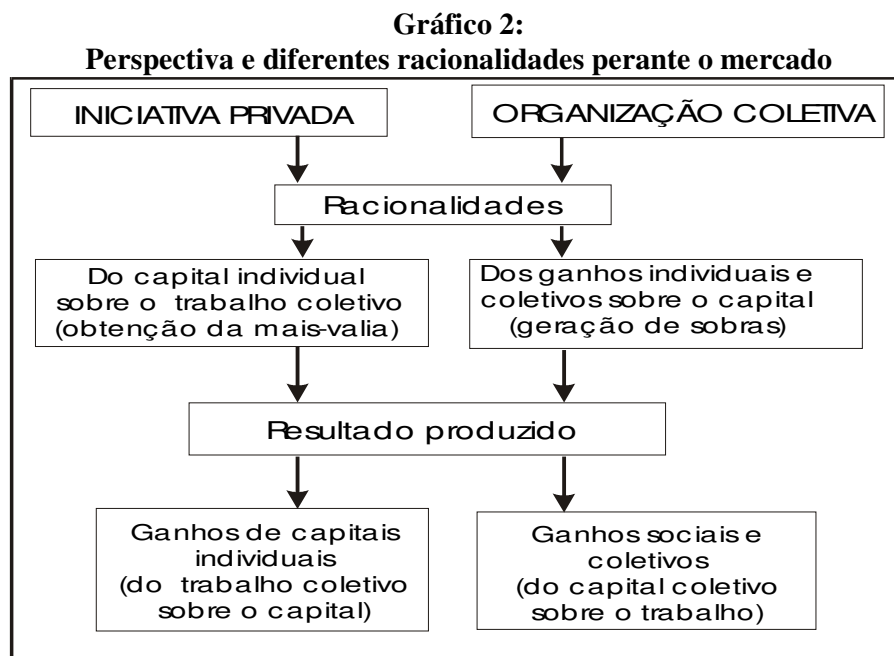
Há situações nas quais os dados das cooperativas são maiores que os apresentados pelo cadastramento da SEATER-GP, como na CASAVAJ. Isso não é contradição nem erro; a questão é que esta cooperativa recebe associados de outros municípios acreanos e até amazonenses, daí a diferença numérica. Já a COOPEC não apresenta dados, pois ainda está em fase de estruturação interna na redefinição como uma organização de atuação localizada no município de Rio Branco. A Cooperativa Chico Mendes também não dispõe desses dados, pois atua como uma usina de transformação de borracha natural, sendo que os beneficiados vinculam-se a outras cooperativas e associações que lhes repassam os produtos.

Em suma, o que queremos deixar claro aqui é que visões de cooperativismo e associativismo já fazem parte do conjunto das significações das lutas dos trabalhadores camponeses amazônicos-acreanos, em quesitos que se expressam também em dados possíveis de quantificar e qualificar. Nessas condições, a produção camponesa tem se constituído um universo de luta que preza por soluções possíveis de viabilizar seus projetos de vida no espaço agrário, respeitando suas diversidades. Então, firma-se como força social capaz de produzir um novo “destino”, formado na consciência da luta por avanços sociais, econômicos, políticos e culturais.

11.4 Expressividade econômica: o produtor e a comercialização

Dimensionando o tempo da *luta camponesa na região*, podemos compreender que houve um movimento processual na construção e na formação das organizações: primeiro, para garantir seu território; segundo, pela garantia da sobrevivência nele. Essas iniciativas surgiam para viabilizar alcances de espaços políticos que lhes eram negados na sociedade, mas também a luta era para alcançar o mercado em melhores condições de barganha.

Nisso desenhava-se lógicas de organizações que diferem e conflitam também internamente aos movimentos sociais (p.e., no papel das associações e dos sindicatos). Mas as divergências maiores se dão com as iniciativas privadas, nos propósitos de novos caminhos para o desenvolvimento social e produtivo regional. Internamente aos movimentos sociais rurais, esses conflitos configuram-se como disputas políticas, pois o surgimento de outras formas de organizações, ainda que sob perspectiva de atuação diferente, na visão de algumas lideranças camponesas, diminui o poder do sindicato (STR). Tal desconfiança se devia ao fato de que muitas associações e cooperativas também têm assumido papéis de luta política por espaços mais amplos aos seus associados, juntos a órgãos competentes, reivindicando seus direitos, melhores infra-estruturas para transportes de produtos, assistência na saúde, educação e produção etc. Do ponto de vista externo, basicamente a questão é que, na perspectiva do produtor organizado coletivamente, principia o desenvolvimento de racionalidades comerciais diferentes, tais como representamos a seguir (Gráfico 2):



Fonte: Elaboração do autor, 2003.

Na questão da expressividade econômica, temos de considerar que, após o assentamento na terra, um dos maiores problemas que os assentados enfrentaram foi a questão de colocar seus produtos no mercado. Ficavam entregues ao abandono e a ações dos atravessadores. O grau de exploração era tão considerável que, em muitos casos, seria mais

conveniente colher o que utilizaria na auto-sustentação familiar e abandonar o restante. Assim, ao mesmo tempo em que os produtores perdiam seus produtos no roçado, conviviam com constantes perdas do poder de compra de gêneros industrializados necessários à sobrevivência familiar, e ainda sob a ameaça da expropriação que rondava seus territórios de vivências. Por outro lado, nas cidades quase tudo era trazido de outras regiões brasileiras para atender a demanda de consumo gerada.

Com o surgimento das associações e das cooperativas, justifica-se que a comercialização fosse colocada como um dos objetivos fundamentais, junto à busca de superar a figura dos atravessadores e de obter maiores ganhos aos seus representados. Nesse sentido, a comercialização se torna princípio básico para a formação das associações, centrais de associações e cooperativas, constando nos estatutos. Daí as estratégias dessas organizações em primar constantemente por formas menos prejudiciais ao produtor, de comercialização do excedente de sua produção de gêneros alimentícios, mas também de produtos cultivados com finalidade exclusiva de venda no mercado, demonstrando que há uma produção exclusiva de mercadorias, sob relações de produção não-capitalistas, em que a detenção do controle e a transferência de renda ao capital, que ocorria em primeira instância na circulação, agora tende a ser quebrada, quando essas organizações passam a fazer a venda; assim, a mercadoria chega ao mercado passando por menos intermediários, e retendo mais a renda ao produtor – ou seja, houve a maior agregação de valor aos produtos e esta renda agregada ficou retida pela própria organização (a transferência de renda ao capital ocorre, mas num plano secundário).

Consuma-se assim a lógica dessas organizações coletivas, no âmbito interno, em promover ganhos aos seus associados. Não podemos negar que, no plano externo, obtêm-se sobras (que são *lucros coletivos*) nas negociações que estabelecem com instâncias no mercado e, a partir daí, o produto vendido é mercadoria que, como outra qualquer, irá gerar lucros ao capitalista que dele dispõe. Ao eliminar os atravessadores, essas organizações possibilitam ganhos também à sociedade em geral, pois no mercado local os produtos vendidos poderão chegar mais barato ao consumidor. Além disso, geram impostos para o município e promovem maiores circulações de capitais na economia local. Nesse aspecto, seguramente o *negócio coletivo* apresenta eficientemente aos propósitos do desenvolvimento territorial dos lugares, mesmo perante uma economia capitalista que é reestruturada sob discurso do “desenvolvimento sustentável”, como na situação acreana.

Como produtores de mercadorias, as cooperativas e associações têm procurado organizar e incentivar os associados na diversificação da produção, na afirmação de instância própria de comercialização (via cooperativa), na gradativa industrialização de seus

produtos e na manutenção da garantia de preço mínimo por safra. Sem essas linhas, seus projetos produtivos tornam-se reduzidos e não dão vazão às mercadorias que auferem ganhos aos associados. Daí, então, serem instâncias de orientação e de definição de política produtiva no espaço agrário local.

Na diversificação da produção, partem do princípio que a monocultura é inadequada ao camponês, pois cria dependência exclusiva sobre produto único. A policultura garante a diversidade, de forma que, se num momento não houver mercado para certo produto, o produtor não correrá o risco de ficar sem ter o que comercializar. A opção por produtos típicos amazônicos feitos por processos naturais (sejam coletados ou através de atividades de silvicultura) tem crescido em meio ao campesinato nas organizações coletivas.

Nesse sentido, podemos admitir que há uma relação entre a busca de mercado e a opção pela agrossilvicultura e atividades agroflorestais – que aí tem se praticado (não que isso seja mal, mas comprova que há uma relação entre a “citada consciência ecológica dos povos da floresta” e a possibilidade de ganhos econômicos, encontrado no mercado). Em um relatório da CAPEB, em 1994, esta situação é ressaltada quando afirmam que “acredita-se que o incentivo à produção acontece através da demanda ao mercado, ao mesmo tempo em que a boa produção forçará o mercado a se abrir aos novos produtos”. Nisso vemos residir mecanismos de enfretamento ao mercado.

No momento em que realizamos este estudo (2002/3), nos núcleos descentralizados e na maioria das organizações coletivas seus associados praticavam o cultivo de lavouras temporárias como o milho, arroz, o feijão e a mandioca em áreas de dois a cinco hectares. Porém, estava havendo um expressivo aumento de lavouras perenes como o café, o cupuaçu, a pupunha, o açaí, o guaraná, a pimenta longa, e de espécies madeireiras amazônicas. Estas, geralmente, são cultivadas em plantações consorciadas de diversas espécies, formando os *SAFs*. Ainda praticam muitas atividades extrativistas como de: castanha-do-brasil; sementes de espécies amazônicas; extração de óleos naturais; borracha natural etc. Esses últimos produtos (culturas perenes e extrativistas) são, majoritariamente, mercadorias camponesas exclusivas para o mercado, via central de associação ou cooperativa.

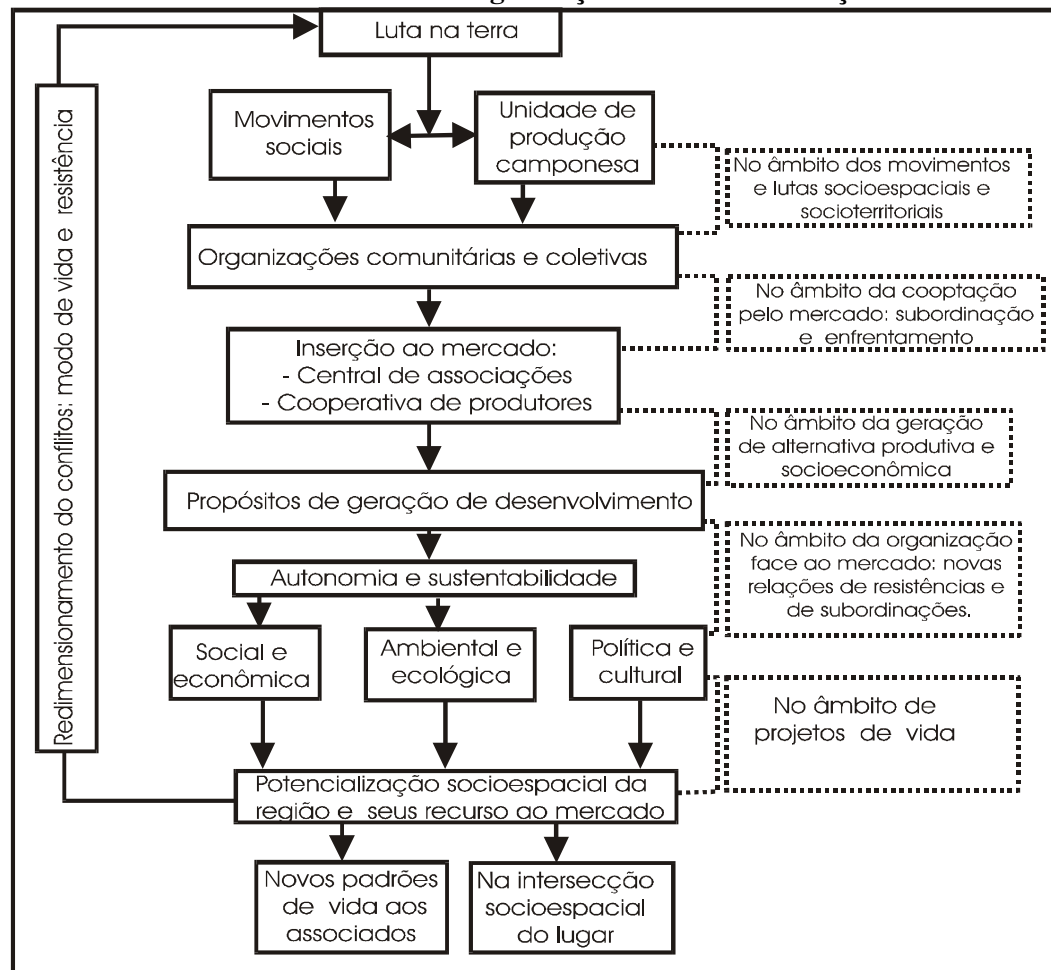
Para atender a demanda, há uma preocupação extraordinária com o mercado e com o produto que nele será colocado. Ao ser questionado sobre essa questão, Sérgio Alécio (1999), presidente da CAPEB, explicou:

A questão a partir de agora tem que ser mais profissional, brincar de produzir não dá. Numa reunião que participei em São Paulo, ouvia dizer que o mundo está doente,

eu percebia que está doente e com fome. Por isto, uma coisa é certa: se você apresentar um produto, desde que este seja natural, não tendo sofrido um processo químico, aí você tem um mercado garantido. O palmito tem mercado, na castanha temos problemas, mas tem garantia de mercado, o café tem mercado, o milho tem mercado. Na própria reserva extrativista, a gente percebe também que o que é medicinal também tem mercado. Então a gente tem que apresentar isto! Produtos de grande aceitação em condições e qualidade de garantir mercado (sic).

A situação, antes elucidada, deixa claro a visão estratégica dos recursos amazônicos, no contexto das ações dessas organizações coletivas. A busca de expressividade no mercado, de conquista de espaço, é parte do significado da construção de projetos de vida, passando por etapas diversas na conjuntura dos movimentos e na inserção socioeconômica. No gráfico abaixo sintetizamos esta situação:

Gráfico 3:
Dinâmica da “luta na terra” ante a organização social e a circulação de mercadoria



Fonte: Elaborado por Silvio S. da Silva, a partir da pesquisa de campo e documental, 2003.

Nesse organograma, tomando a questão da *luta na terra*, pode-se acompanhar o processo de formação das associações e cooperativas e a projeção dos movimentos e lutas dos sujeitos locais em busca de espaços de participação mais ampla na sociedade geral. É, portanto, uma organização na qual a valorização do coletivo se dá como estratégia de luta – *luta para sobreviver*, isto é, para *viver melhor*. De forma gradativa, ocupam espaços no mercado, e não necessariamente em situação de subordinação total, mas também promovendo enfrentamento e resistência. Quando isso ocorre, tem sido feito com diversificação produtiva, com qualidade de produção, com a apresentação de novos produtos e com a força política que representam, sobretudo, na escala do lugar.

Geram-se as alternativas produtivas com metas diferentes de desenvolvimento, em que se busca a *autonomia* integral, enquanto “cidadão” produtor no espaço agrário. Vemos nisso o sentido do que pode (re) significar para esses trabalhadores a questão da noção de *auto-sustentabilidade*. Nesse conceito, politicamente, cabem suas reivindicações por um desenvolvimento regional alternativo, o que é um ideal histórico das lutas dos movimentos dos camponeses amazônicos-acreanos. Isso se dá perante a apreensão das “bandeiras” de lutas deflagradas pelos movimentos sociais, das potencialidades regionais e dos seus recursos naturais e humanos, no contexto político imposto pelo Poder Público Estadual no Projeto de “Desenvolvimento Sustentável do Acre” (ACRE, 2000). Por outro lado, a *luta na terra* tem uma expressão que ultrapassa a dimensão do mercado, do poder público, da organização coletiva em si, e atinge o campo das (re) significações socioespaciais e territoriais instituídas na formação da consciência social dos sujeitos que promovem a produção do espaço vivido. Nisto residirá sua continuidade.

Outra questão que deve ser compreendida é que, nessa (re) significação, revêm-se projetos de vida. Como é uma relação processada dialeticamente, a cada conquista ou derrota, geram-se novos conflitos que redimensionam suas ações no sentido de reforçar a *luta na terra*. Daí ocorre o processo de construção de dimensões que são essencialmente conflituosas, residindo aí a força da continuidade da luta, seja na revigoração das organizações (com a formação política, com projetos educativos etc), seja na definição de novos padrões produtivos e de vida aos associados (como diversificando a produção e melhorando o poder aquisitivo familiar), ou ainda na inter-relação com ganhos sociais para o lugar (gerando trabalho, circulando economia local, ofertando produtos a menor preço, eliminados os atravessadores etc.).

Por fim, apenas uma questão ainda se faz necessária para compreendermos a expressividade econômica: qual a origem dos capitais aí alocados? Primeiramente, é preciso

entender que se trata de iniciativas muito recentes e ainda incipientes, por isso as coisas estão sendo feitas com muita dedicação, fato que tem feito os recursos se multiplicarem. Os primeiros recursos são dos próprios trabalhadores, em geral, de um *fundo de solidariedade* criado em que cada sócio dá sua contribuição (às vezes, pagos com a própria produção) para a formação do capital inicial da organização. Por outro lado, os trabalhos, sempre que possível, são realizados pelos próprios associados, com o objetivo de não onerar os frágeis cofres dessas organizações.

Além disso, para a maioria das organizações coletivas, houve incentivos externos, com financiamento a fundo perdido de organizações solidárias da Europa, como a *Misereor*, a *Katholische Zenatralstelle für Entwicklungshilfe E. V.*, do *CEBEMO* etc.; de financiamentos de projetos com finalidades socioambientais junto a organismos como o Banco Mundial, a Fundação *Ford* e o Ministério do Meio Ambiente do Brasil. Houve também créditos viabilizados por projetos de “políticos conscientes” da importância dessas iniciativas populares, juntos a órgãos estaduais e federais. Ainda, há os contratos de vendas de produtos com financiamentos das indústrias compradoras. De forma geral, tudo isso formou bases para o funcionamento dessas organizações até o momento, sendo que algumas atuam com maior autonomia e outras dependendo mais de recursos externos, em especial dos programas do atual Governo do Acre.

Contudo, nesse início de século XXI, podemos dizer que seguramente são as organizações coletivas e comunitárias as principais manifestações de novas perspectivas no espaço agrário amazônico-acreano. Novas dinâmicas sociais territorializam-se na geração de outras perspectivas de mercado, mas também de afirmação de modos de vida camponeses em áreas florestais, de lavouras e de criação de gado, sob a égide dos ideais de *luta na terra*, ou seja, de *ficar na terra, vivendo melhor do que vivia antes*. Assim, fixam bases para o embate no mercado e na sociedade, instalando suas sedes na cidade, território estrategicamente definido, de onde podem ganhar espaço para solidificar suas raízes em seus territórios de vivências no *campo* e na *floresta*.

11.5 Dimensão territorial das ações das organizações coletivas

De modo geral, vimos que as organizações coletivas se projetam a partir da produção do espaço agrário, mas fixam locais para ações maiores também na cidade (desde comerciais, passando pelos programas de formação dos associados, apoio aos produtores e embate político). Nesse sentido, as organizações têm suas bases nos núcleos sediados no ambiente da *floresta* ou do *campo*, mas a fixação da sede e de pequenas indústrias situam-se

nas cidades, sedes municipais. Em algumas situações, está ocorrendo a descentralização no âmbito do beneficiamento da produção com a instalação de pequenas indústrias em áreas rurais junto às sedes das associações. Destacam-se exemplos como: as casas de farinhas, na região de Cruzeiro do Sul (áreas de ação da CASAVAJ); a secagem e descascamento da castanha-do-Brasil, em Brasiléia e Epitaciolândia (área de ação da CAPEB/COMPAEB); produção de artesanatos de borracha na RESEX Chico Mendes, em Xapuri (Associação do seringal Rio Branco, área de ação da CAEX); ou, ainda, o beneficiamento de arroz, em Sena Madureira (área de ação da COOPERIACO).

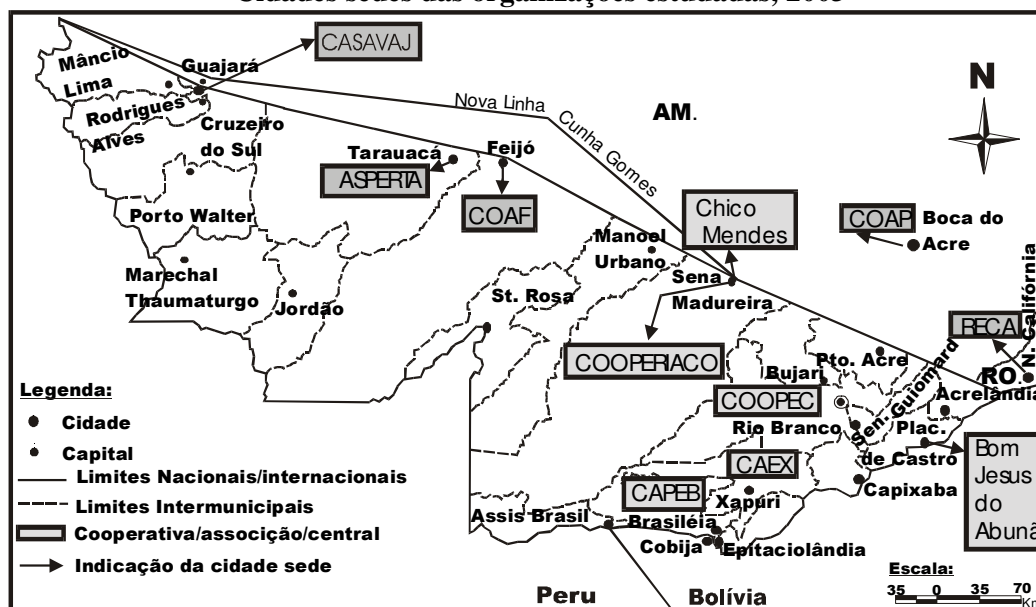
Há, aí, questões fundamentais que orientam a compreensão dessas situações no tocante às relações *campo/floresta/cidade* na região, como: é no espaço agrário que mais se produz alimento, mas é no espaço citadino onde mais se consome; se as necessidades desses trabalhadores com estradas, saúde, educação, assistência técnica, apresentam-se com grandes carências no espaço agrário, politicamente é na cidade que podem lutar pelo direito a esses benefícios para o *campo e floresta*. Poderíamos enumerar outras questões que revelam contraditoriamente esta unidade na diversidade, presente na relação *campo/floresta/cidade*, em territórios de ações das organizações coletivas camponesas. Porém, basta atentarmos para o sentido do espaço citadino como ponto de intersecções das forças sociais, políticas e econômicas que produzem e dinamizam os espaços vivenciais desses camponeses, ao interagirem no âmbito de sua circulação na sociedade. Então, daí, faz sentido que, como *locus* de institucionalização de suas lutas, marque presença física no ambiente citadino, o que tem sido uma realidade em toda a região estudada.

Como não é nosso objetivo aprofundar aqui a questão da relação *campofloresta/cidade*, tais considerações são suficientes para apontarmos suas expressões na situação estudada. Assim, com estas reflexões, podemos ver que a cidade oferece significações mais representativas do que a pura atração do modo de vida citadino sobre o camponês. Para os sujeitos sociais que militam nessas organizações, a cidade tem um sentido estratégico e intrínseco na realização integral de seus projetos de vida. A cidade é o lugar da consolidação de conquistas para o homem do *campo* e da *floresta*. Como é centralizadora do poder político e econômico, é também espaço para os embates no âmbito da tomada de consciência da amplitude de seus espaços vivenciais. Na dinâmica presente, isso acontece quando os sujeitos sociais (camponeses florestais ou da lavoura) projetam suas ações para além do seu território de vivência (lotes ou antigas colocações), rompendo com a territorialidade construída por valores individuais (seja familiar ou pessoal) para outra que se

reconstrói em valores coletivos, ou seja, na passagem da condição de ser *classe em si*, para *classe para si* (ALMEIDA, 2003) sob a resistência da *luta na terra*.

No Mapa 3, expomos a representação da localização das sedes das organizações que aqui tratamos, o que permite-nos uma visualização de sua distribuição na Amazônia-acreana:

Mapa 4:
Cidades sedes das organizações estudadas, 2003



Fonte: ACRE, 2000; pesquisa de campo, 2002. Redesenhado e organizado por Silvio S. da Silva, 2003.

Observada a localização das sedes no mapa e voltando às áreas de abrangências (Quadro 7), nota-se que há uma forte presença destas organizações no Estado e áreas circunvizinhas. A sede, geralmente, está na cidade principal da microrregião (Cf. Mapa 1). Isso, estrategicamente, pensando no território, vemos estar relacionado à centralidade que certas cidades regionais assumem na tomada de decisões políticas e perante os processos produtivos que se territorializam. São exemplos: a situação de CAPEB/COMPAEB, em Brasiléia (Microrregião Geográfica de Brasiléia); e da CASAVAJ, em Cruzeiro do Sul (Microrregião Geográfica de Cruzeiro do Sul), mas que congregam produtores dos municípios vizinhos. Há, todavia, exceções, como o Projeto RECA em Nova Califórnia (um distrito do município de Porto Velho, RO), mas que pela localização e proximidade de Rio Branco, inclusive dos processos produtivos estabelecidos, viabilizou-se aí, pois, tendo sido criado no âmbito da pastoral da terra da Igreja Católica, sediada em Rio Branco (esta vila está

localizada em território da Diocese de Rio Branco), para os produtores do Projeto RECA, o embate político e econômico tem ocorrido mais no Acre do que em Rondônia.

Outro ponto que se nota nessa representação é a maior concentração das organizações na parte leste (oriental) do Estado. A isso devemos considerar: corresponde à área territorial da Diocese de Rio Branco que, a partir da década de 1970, esteve muito envolvida numa evangelização libertadora na CEBs; a questão histórica da luta de resistência pela terra ter começado nessas mesorregiões; de ser esta a região mais populosa do Estado; de ser áreas de entorno à Capital – Rio Branco; e, de ser a região mais afetada pelos processos de transformações nos setores produtivos rurais após 1970. Por tudo isso, é nessa área que as contradições do acesso facilitado à terra de trabalho⁹ e à expropriação camponesa, no âmbito das relações de produção estabelecidas, rapidamente são reveladas. Mostra-se nisso uma face cruel da exposição desses territórios aos processos de expropriações da produção camponesa e à retomada do domínio da terra de negócio por fazendeiros.

Daí a materialização da *luta na terra* ter se fixado mais intensamente nessa porção regional da Amazônia-acreana. Vejamos agora a caracterização estatutária dessas modalidades de organizações.

11.6 Caracterização estatutária

Considerando que as organizações coletivas e comunitárias são experiências diversas, identificamos três tipos organizativos. Porém, estes tomam direcionamentos apenas com relativas diferenças em seus regimes estatutários. São: as *associações*; as *centrais de associações* e as *cooperativas* de produtores rurais.

Consideramos que há diferenças, sob os pontos de vista jurídico e operacional, entre cooperativas e associações. Daí, nos limitaremos agora a traçar o perfil estatutário de cada modalidade.

11.6.1 Das associações de produtores¹⁰

➤ Definições de competências gerais:

Esta denominação caracteriza organizações de categorias camponesas no extrativismo, na agricultura e na agrossilvicultura. A maioria congrega trabalhadores que praticam mais que um tipo de atividade produtiva, ou seja, há uma diversidade de sujeitos

⁹ - Aqui referimo-nos à propriedade familiar privada nos projetos de colonizações e à posse ou concessão de uso nos PAEs e RESEXs.

sociais com práticas produtivas também diversas. Porém, não se admite a diversidade de relações de trabalho na produção: aí os participantes são, exclusivamente, camponeses que auto-exploram sua mão-de-obra, em territórios de trabalho familiar (seja de propriedade privada ou de concessão de uso). Esta é uma realidade de todas as organizações (inclusive nas Centrais e Cooperativas). Vemos nisso uma demonstração de que há uma ampliação da consciência de classe camponesa entre esses sujeitos.

A localização da sede administrativa pode ser: na comunidade em que se situa a associação, quando se tratar de uma organização comunitária; e, em alguns casos, de organizações mais complexas, em áreas urbanas (como para Projeto RECA e ASPERTA). Do ponto de vista jurídico, o foro é definido pela cidade sede municipal e comarca mais próxima. Como área de ação, faz-se um recorte social e territorial que abrange camponeses da comunidade, mas podendo chegar ao território municipal e áreas circunvizinhas, numa dimensão temporal de um prazo de duração indeterminado.

➤ **Os objetivos sociais**

Firmam-se na defesa dos interesses dos sócios, sobretudo econômicos, por meio de *ajuda mútua* ou *participação comunitária*. Isso virá com a geração de rendimentos que permitam aos associados sua automanutenção e melhoria no padrão de vida. Nisso referem a pequena produção rural e a garantia de exploração auto-sustentável dos recursos naturais renováveis, como instâncias para a realização. Por outro lado, objetivam uma atuação junto a órgãos políticos e civis reivindicando melhores atendimentos para seus representados.

Com a associação, objetiva-se a instituição de uma entidade capaz de viabilizar ganhos para seus associados. Assim, podem-se efetuar convênios, acordos, contratos, receber doações e legados de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras e internacionais. Também pode-se atuar na busca do desenvolvimento e do estímulo ao intercâmbio com outras entidades afins, e representar judicialmente seus associados quando for necessário. Nesse conjunto de objetivos, busca-se também a promoção cultural e social de seus associados.

➤ **A formação social:**

A associação pode-se constituir por número ilimitado de associados. Os associados são dispostos como: *efetivos* (são produtores que residem na área de ação da organização e aceitem o Estatuto); ou *honorários* (são pessoas que prestaram relevantes serviços à associação e são indicados pela diretoria ou por associados). Em algumas

¹⁰ - Elaborado com base nos estatutos das associações: ASPERTA, APPRIG (Associação de pequenos produtores rurais do Igarapé Grande – Guajará, AM., filiada a CASAVAJ) e do Projeto RECA.

associações, pode existir uma flexibilidade para que a pessoa que tenha outra ocupação (funcionário público, p.e.) de baixa remuneração possa associar-se, com uma ressalva: exige-se que este atue também com atividade agrária (seja na agricultura, no extrativo ou na agrossilvicultura), sob exploração da própria força familiar, e tenha nessa atividade importante fonte de renda e sustento da família (seria a situação, p.e, de um professor de escola rural).

Definem-se as condições da participação democrática estabelecendo os direitos dos associados em: participar ativamente das assembléias; propor ao Conselho fiscal medidas de interesses da associação, inclusive de realização das assembléias; solicitar documentos sobre as atividades das associações e ter acesso livre a documentos da mesma; demitir-se (sem direito à devolução das contribuições já efetivadas); e, por final, realizar atividades que visam a melhoria socioeconômica da associação.

Definem-se os deveres dos associados em: zelar pelo patrimônio moral e material da associação (interesses coletivos), colocando-os, inclusive, acima dos interesses individuais; cumprir o Estatuto e as deliberações tomadas no decorrer das atividades da diretoria e das assembléias gerais. Uma vez estando quites com suas obrigações, votar e serem votados nas eleições na associação. Caso causem algum dano à organização, indenizar os prejuízos (materiais ou morais); e não decidir ou agir sozinho em nome da associação a que pertence, sem prévia e expressa autorização.

➤ **A eliminação e exclusão**

A eliminação de um membro participante se dá através de assembléia geral, com aprovação de no mínimo dois terços dos associados. Isso ocorre quando: tiver conduzido a organização a atos judiciais para o cumprimento de obrigações contraídas por ele; quando vier a exercer atividade prejudicial ou que colida com os objetivos da mesma; ou, ainda, em situações nas quais, depois de notificado pelas diretorias, volte a infringir as disposições do Estatuto por ele aceito. Também, em certas situações, a inadimplência na contribuição com as associações pode ser motivo justificável para o desligamento.

➤ **A Assembléia Geral**

É o órgão supremo da lei e da efetivação das determinações do estatuto. Poderá ser de caráter ordinário ou extraordinário. São convocadas por editais com antecedência de dez dias, pelo presidente, por dez associados ou pelo Conselho Fiscal, exigindo-se a presença de dois terços dos associados. A reunião é dirigida pelo presidente da associação. É de competência da Assembléia Geral: reformar o estatuto; fundir ou incorporar

associações com atividades afins; e elaborar o plano de ação. Como órgão máximo, sua realização deve constar em Ata, em livro próprio aprovado e assinado pelos presentes.

➤ **A diretoria**

Aqui há pelos menos duas formas de apresentar a constituição hierárquica:

- *Estrutura representativa em hierarquia personalizada:* presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros. Eleitos pela assembléia com mandato de dois anos, permitida uma reeleição. A diretoria tem ampla liberdade de ação desde que obedeça aos dispositivos estatutários, sem remuneração pelos cargos. Este é o padrão dominante entre a maioria das organizações comunitárias e coletivas.
- *Estrutura representativa em colegiado:* há uma coordenação geral. Esta é composta por um representante de cada grupo que forma a associação. Reunidos em Assembléia Geral Representativa, delegam poderes a um coordenador-presidente e vice-coordenador-presidente, ao primeiro e segundo tesoureiros e ao primeiro e segundo secretários. Esses coordenadores têm mandato de dois anos, podendo ser destituídos antes ou reeleitos pelo tempo que a Assembléia Geral Representativa entender como conveniente. Além disso, cada grupo tem um líder que articula e atua diretamente junto à coordenação geral. Este é um caso exclusivo da Associação do Projeto RECA.

➤ **O Conselho Fiscal**

Em geral, é constituído por seis membros, sendo três efetivos e três suplentes (há situações em que não se prevêem suplentes). Como a diretoria, esse conselho é eleito em assembléias, por mandatos de dois anos, sendo possível uma reeleição. Reúne-se bimestralmente, com a participação mínima de três conselheiros, que exercem assídua fiscalização nas operações contábeis e nos atos da diretoria e dos associados.

Há algumas associações que possuem um conselho de representantes, eleito também em assembléia, por período concomitante ao da diretoria. Compõe-se de três conselheiros que atuam voltados para uma das seguintes áreas: saúde, educação ou lazer.

➤ **O patrimônio e a receita**

Constituem-se de todos os bens móveis e imóveis, veículos, legados, doações ou subvenções de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado,

nacionais, internacionais. A receita é constituída pela contribuição dos associados, aos quais a Assembléia institui uma quota a ser paga para a manutenção da associação.

➤ **As eleições**

Em geral, define-se um determinado mês do ano para o pleito, em sistema de votação secreta, bi-anual ou tri-anual. Como documentação, terão registros em Livro de Ata todos os atos vividos no âmbito do pleito, inclusive número de votos, votos em branco e nulos, composição da nova diretoria e a assinatura de todos os membros.

➤ **As disposições gerais e transitórias**

As associações devem ter também, como documentação básica, os livros de atas: de assembleias gerais; dos conselhos fiscais; da diretoria; e de ações contábeis. Em caso de extinção, o patrimônio poderá ser revertido a outra entidade com fins semelhantes, em indicação feita em Assembléia de Encerramento de atividade. No âmbito geral, outorga à diretoria poderes de deliberação, desde que sejam ratificados em assembleias gerais.

11.6.2 Das Centrais de Associações de produtores ¹¹

➤ **Definição de competências gerais**

As centrais são definidas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, atuando na promoção, organização social e na cooperação entre associados, com finalidade de “melhorar o seu nível de vida”. O foro e a sede, geralmente, ficam na principal cidade das áreas de ações da Central (sede municipal e/ou microrregional). As centrais têm prazo de duração indeterminado. Já o ano social e o civil são coincidentes.

➤ **Objetivos**

Como objetivos fundamentais destacam-se: representar os interesses dos associados; desenvolver atividades e prestar serviços na obtenção de melhorias econômicas e sociais para os associados; promover o associativismo e colaborar com as associações filiadas, no gerenciamento e administração de seus próprios negócios; promover a industrialização e a comercialização dos produtos, inclusive através de exportação e importação.

➤ **Associados**

Consideram-se duas possibilidades de se associar:

- *Grupos de sócios comunitários ou coletivos.* Aqui poderão se agregar associações comunitárias legalmente constituídas. Estas devem ser formadas por pessoas que atuem em atividades agrárias, em módulo

¹¹ - Elaborado com base nos Estatutos das Centrais: CAPEB, Bom Jesus do Abunã e CAEAP.

familiar, seja como proprietário, parceiro, arrendatário ou posseiro, devendo esses camponeses aceitar o estatuto da central.

- *Grupos de sócios individuais.* Nesse caso, pequenos produtores de localidades destituídas de associações poderão se associar diretamente à Central. Para isso, a solicitação deve ser encaminhada e aprovada pela diretoria da organização.

Este sócio individual participará das atividades sociais (encontros e assembléias) através de dois ou três representantes, escolhidos pelo grupo, com direito a um só voto. Terá parte nas atividades comerciais de acordo com sua participação nos produtos vendidos e comprados.

Ainda nesta parte, definem-se os direitos e deveres dos associados:

- São direitos dos associados: associar-se e manter-se associado à central; demitir-se quando julgar conveniente; usufruir dos benefícios conseguidos; habilitar-se a fazer parte da diretoria; apelar às assembléias, em situações que entenda serem prejudiciais aos objetivos da Central; fazer cumprir as determinações estatutárias e regimentais; e fazer e apresentar propostas para o bom funcionamento da Central a que está vinculado.
- São deveres dos associados: cumprir o Estatuto, os regimentos internos e outras decisões tomadas; manter seus representantes pelo mesmo período do mandato da diretoria; participar através de dois ou três representantes (por associação ou grupo de associados) das assembléias, reuniões e encontros (com direito a um voto); cumprir pontualmente seus compromissos com a central; e, no caso de desligamento (voluntário ou compulsório), saudar todos os débitos em aberto com a organização.

➤ **Demissão, suspensão e eliminação**

A demissão do associado não poderá ser negada, mas somente será dada por seu pedido junto à diretoria. Estando este em dia com a organização, seu pedido será automaticamente aceito e averbado no livro de matrícula. Aplicar-se-á as penalidades de suspensão e eliminação do quadro social da organização quando o associado cometer falta grave ao Estatuto, ao regimento interno ou aos interesses gerais da Central. Nesse caso, o procedimento será definido no regimento interno, assegurado ao associado o direito de defesa, cabendo recursos às assembléias gerais. Noutra situação, quando ocorre dissolução de

associações filiadas, a mesma será automaticamente eliminada. Em qualquer das situações apresentadas aqui, o associado não terá direito a qualquer indenização.

➤ **Assembléia Geral**

É o órgão supremo da central. Suas decisões são tomadas por votações majoritárias, exceto quando já estabelecidas no estatuto. Podem ser: ordinária (anual, em mês previamente definido sob convocação da diretoria), ou extraordinária (convocada: pelo presidente, pela maioria da diretoria, pelo conselho fiscal, ou por um quarto dos associados, justificado o motivo).

A Assembléia Geral, mesmo quando não for convocada pelo presidente e este for discordante, deverá se realizar no prazo máximo de dez dias. Em geral, essas têm as seguintes competências: definição e mudança estatutárias; eleição dos cargos da diretoria; avaliação e aprovação de planos de atividades e financeiros da diretoria; e deliberação sobre assuntos de ordem gerais. Nela será feita avaliação do desempenho da organização, tomando as decisões que se fizerem necessárias, inclusive sobre membros da diretoria que descumprirem o Estatuto ou vierem a sofrer condenação superior a dois anos. Então, garantida sua defesa, esses serão afastados e a decisão referendada em Assembléia Extraordinária.

➤ **Diretoria**

Seus membros são definidos na seguinte hierarquia: presidente; vice-presidente; coordenador geral; primeiro e segundo secretários; primeiro e segundo tesoureiros. Todos os cargos são eleitos pela assembléia geral ordinária. Em caso necessário, esta poderá substituí-los em regime de votação aberta para o cargo. São proibidos de fazer parte das diretorias, dois parentes (até de segundo grau), assim como dois representantes de uma mesma associação.

➤ **Conselho Fiscal**

Este é composto pelo primeiro, segundo e terceiro conselheiros fiscais e dois suplentes, todos escolhidos em assembléia junto à Diretoria. É de competência do Conselho dar parecer prévio sobre a prestação de contas, antes de ser levada à Assembléia Geral. Ainda lhe compete a fiscalização regular da administração da organização.

➤ **Eleições**

Ocorrem para preencher cargos da diretoria e do conselho fiscal. Sempre acontecerá após a publicação de edital de convocação, expressando o pleito. Em Assembléia Ordinária, discutir-se-á o processo eleitoral e os efeitos que poderão ser sentidos, para daí retirarem os nomes para os cargos a ser reocupados. Os indicados devem estar quites com

suas obrigações sociais, gozar de idoneidade moral, financeira e judiciária, sendo dignos de respeito. O processo de votação transcorrerá através de votação em aberto.

➤ **Patrimônio da Central**

Define-se como patrimônio: as doações recebidas; as contribuições de seus associados; e os bens adquiridos por qualquer forma legal e aluguéis. Os bens de qualquer natureza só poderão ser vendidos quando permitida a venda em Assembléia.

➤ **Dissolução da Central**

Somente ocorrerá por deliberação em assembléia geral, com no mínimo a presença de três quartos dos associados quites. Nesse caso, o patrimônio será repassado, proporcionalmente, para os associados que estiverem em dia com suas obrigações.

11.6.3 Das Cooperativas¹²

➤ **Definição de competências gerais**

As cooperativas são definidas como sociedades civis sem fins lucrativos próprios, de responsabilidade ilimitada, regendo-se por Estatuto, pelos princípios do cooperativismo e pelas disposições legais vigentes.

As sedes se localizam nas cidades regionais. A área de ação geralmente extrapola os limites municipais em que se localiza a sede. Também atua com prazo de duração indeterminado.

➤ **Objetivos sociais**

No âmbito geral, tratam de reunir camponeses (extrativistas, agricultores ou agrossilvicultores) em territórios de ação definidos, buscando atender, sobretudo, aos interesses econômicos dos cooperados. Então, com base na colaboração recíproca entre os sócios buscam: desenvolver e estimular as idéias cooperativistas e o desenvolvimento de suas atividades econômicas comumente praticadas; viabilizar transporte para mercadorias em mercados de escalas diferenciadas; captar financiamentos; realizar vendas em comum com maior poder de barganha; padronizar e estimular a qualidade dos produtos a serem oferecidos; iniciar a industrialização dos produtos como forma de agregar maiores valores; viabilizar vendas de produtos industrializados para os associados em armazéns próprios; organizar a produção e implantar novos projetos de desenvolvimento para o espaço rural; desenvolver atividades atinentes à conservação e preservação ambiental, bem como ao uso sustentável dos recursos naturais e em empreendimentos ecologicamente corretos (CASAVAJ); promover a

¹² - Elaborado com base nos estatutos das cooperativas de pequenos produtores: COMPAEB de Brasília; COOPEC de Rio Branco; COOPERIÁCO de Sena Madureira; e CASAVAJ de Cruzeiro do Sul.

formação e capacitação técnica e tecnológica dos cooperados; fazer adiantamento em mercadorias ou dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos cooperados (COOPERIACO).

Poderão objetivar ainda a busca de convênios com entidades públicas e privadas para a assistência médica e odontológica dos cooperados (COOPERIACO). Como não há objetivos de lucros próprios, mas de ganhos para os cooperados, poderão também se filiar a outras cooperativas ou participar com empresas não cooperativas, para desenvolver atividades complementares de interesse do seu quadro social (como é proposto pela Cooperativa Chico Mendes).

➤ **Associados**

Aqui temos duas especificidades:

- Aquelas que centralizam ações, com as pessoas se associando diretamente a elas, mesmo quando já participantes de uma associação local (COOPERIACO).
- Aquelas que, embora aceitem os sócios individuais, estimulam para que estes se organizem em associações locais e se associem à cooperativa central (CASAVAJ, COMPAEB, Cooperativa Chico Mendes).

Todas, entretanto, estabelecem um recorte dos segmentos sociais que visam atender “trabalhadores” (camponeses) no extrativismo, na agricultura, na agrossilvicultura e na pequena atividade agropecuária.

A filiação é feita com pedido direto à Cooperativa, sendo que, para uma associação, o documento deve estar devidamente assinado pelos associados. Em caso de pessoas físicas já associadas a outra modalidade organizativa e que queiram participar também das cooperativas, suas filiações deverão ser recomendadas pela organização a que pertence. O aceite será expedido após aprovação em Assembléia Geral.

Definidos esses pontos, estabelece-se como direito dos associados: participar de reuniões e assembléias; discutir temas nelas tratados; propor a instâncias administrativas medidas de interesse da Cooperativa; votar e ser votado; demitir-se da Cooperativa quando lhe convier; obter em qualquer tempo informações sobre a movimentação da organização (algumas estabelecem prazos); fazer parte de conselho diretor.

Definem-se como deveres dos cooperados: subscrever e integralizar as quotas-partes do capital social, nos termos estabelecidos nos estatutos; contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos; desempenhar cargos para os quais tiverem sido eleitos ou nomeados; satisfazer pontualmente seus compromissos com a

cooperativa, dentre os quais, a participação ativa em sua vida societária e empresarial; zelar pelo patrimônio da cooperativa; cobrir as perdas do exercício, quando os fundos de reservas forem insuficientes.

Os associados respondem pelos compromissos da cooperativa até o valor do capital subscrito. A responsabilidade do associado pelos compromissos da organização com terceiros perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ocorreu seu desligamento, sendo, entretanto, exigida apenas após judicialmente ser cobrado da Cooperativa. Os débitos ou o capital realizado podem ser passados para herdeiros de sócios falecidos.

➤ **Demissão, exclusão e eliminação**

Os critérios aqui não divergem do que estamos tratando. A demissão é um processo voluntário que só ocorre por solicitação do próprio associado. A exclusão ocorre por dissolução da pessoa jurídica, pela morte da pessoa física, pela incapacidade civil não suprida, ou, ainda, quando o associado deixar de atender aos requisitos estatutários. A eliminação se aplica ao associado que cometer infração da lei ou do estatuto da cooperativa à qual está vinculado. Em todas as situações possíveis, admite-se o direito de defesa do envolvido e, em caso de penalidade, assegura-se o direito de restituição do capital integralizado, acrescido de juro e sobras que lhe for cabível. Porém, a restituição e a forma de pagamento serão estabelecidas nas assembléias, após balanço do exercício anual em que o associado se desvinculou.

➤ **Quadro da organização social**

Apesar de todas as cooperativas manterem nas cidades suas estruturas físicas operacionais, duas especificidades podem ser captadas na leitura dos estatutos:

- Aquelas que mantêm seu quadro social organizado por núcleos (associações, núcleos, grupos ou sociedades), sob base territorial definida no espaço agrário. Aqui estão experiências descentralizadas, nucleadas, com participação e responsabilidades divididas entre a organização central e os grupos filiados, localizados em territórios da produção camponesa. A representação dos núcleos junto à cooperativa se dará com a eleição de representantes (de uma a cinco pessoas), para atuar nas assembléias gerais.
- Aquelas que mantêm sua organização social provinda do espaço agrário, mas com filiações individuais dos camponeses diretamente à cooperativa centralizada na cidade. Aqui tratamos de experiências

centralizadas, não-nucleadas, com peso muito grande sobre a organização central e sobre a diretoria.

➤ **Formação do capital da organização**

O capital da Cooperativa é representado por quotas-partes. Essas são intransferíveis e indivisíveis a não-associados. O capital não terá limites quanto ao máximo, mas variará conforme o número de quotas-partes subscritas por associados. Normalmente, a cooperativa estabelece em um real o valor da quota-parte, sendo a contribuição mínima de duzentas quotas-partes. Essas podem ser pagas em dinheiro ou em produtos, bens ou serviços. Após sua quitação, são escrituradas no livro de matrícula. Há situações em que, em assembléia geral anual, decidir-se-á sobre a atualização do capital social e, se for o caso, definir formas de creditar novas quotas-partes aos associados, ou, ainda, abrindo novas subscrições e suas respectivas integralizações. Nenhum associado poderá subscrever mais de um terço do total das quotas-partes da sociedade.

Os patrimônios das cooperativas serão constituídos por: contribuições dos cooperados; subvenções, auxílios e doações de pessoas físicas e jurídicas, ou de entidades nacionais e internacionais, sejam públicas ou privadas; de rendas e sobras obtidas na movimentação interna; bens móveis e imóveis de sua propriedade. Normalmente, das “sobras” líquidas apuradas anualmente, designam-se partes que se destinam a fins específicos. Vejamos um exemplo disso com a CASAVAJ: dez por cento vai para um “Fundo de Reserva” destinado a fortalecer o desenvolvimento da organização; cinco por cento destina-se ao “Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social” (FATES), voltado para o atendimento aos cooperados; e dois por cento de cada movimentação financeira efetuada junto aos associados serão destinados ao aumento do seu capital constante. Ainda, a Assembléia Geral poderá designar outras taxas ou contribuições especificando seus devidos fins. O restante das “sobras” é então rateado entre os cooperados.

➤ **Assembléia Geral**

Para as cooperativas esta também é sua instância máxima. Podem ser de caráter *ordinário* (estabelecendo um mês específico do ano para sua realização) ou *extraordinário* (convocada por questões de urgência). Em ambos, a convocação deve ser feita em editais com devida antecedência. Funciona apenas quando se obtém quorum mínimo de dois terços, e em caso de segunda e terceira convocações, exige-se a presença de cinquenta mais um por cento dos cooperados (50% + 1%). Define-se como competência das assembléias: aprovar ou reprovocar contas da diretoria; decidir sobre a distribuição de fundos, rateios, sobras ou perdas; analisar os balanços; redefinir objetivos da cooperativa; apresentar

relatório e plano de atividade; eleger diretoria e órgãos administrativos; e deliberar sobre assuntos gerais.

Na Assembléia, geralmente aos participantes cooperados, admite-se um voto por pessoa. Quando se tratar de uma cooperativa nucleada, então votam os representantes de cada núcleo (associação, sociedade, grupo).

➤ **Administração**

Definem-se por duas formas:

- Aquelas que serão administradas por um Conselho administrativo (ou Conselho de Gestão, na Cooperativa Chico Mendes), eleito em assembléia. Sendo que os cargos comuns são: um Presidente, um Vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, sem que sejam parentes entre si. A CASAVAJ, onde o Conselho é formado por seis pessoas, prevê “um segundo secretário e um segundo tesoureiro”. Na COMPAEB, em que são previstos doze membros para este Conselho, existem ainda quatro cargos de conselheiros técnicos e mais quatro para o comitê técnico¹³. O mandato é de dois anos, e a cada eleição deve haver no mínimo a renovação de um terço do Conselho. A administração pode ser exercida diretamente ou através da contratação de um administrador. A administração não será responsável pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderá solidariamente por prejuízos resultantes deles, quando tiver culpa na situação criada.
- Aquelas que serão administradas por conselhos diretores, compostos por onze pessoas, e por uma diretoria, composta por quatro componentes (Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro). O mandato é de dois anos, sendo que podem ser reconduzidos ao cargo por decisão da Assembléia. A esses conselhos competem responsabilidades na decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social de interesse da cooperativa, considerando as decisões da Assembléia. Para isso cabe-lhes: planejar, traçar e controlar ações da cooperativa; avaliar o desempenho da mesma e da diretoria; definir, apontar e estabelecer metas a serem alcançadas; e deliberar

¹³ - Esses são responsáveis pelo auxílio à administração, com poderes de deliberar sobre: regras técnicas de atuação dos associados; controle qualitativo sobre a produção; programas de treinamentos e de capacitação dos associados.

sobre assuntos gerais da cooperativa. À Diretoria compete: coordenar atividades; programar ações e serviços; administrar o patrimônio e seus empregados; estabelecer regulamentos e sanções a serem aplicados quando necessário; determinar taxa para cobrir despesas; fixar despesas; contratar gerente e seus auxiliares; contratar auditorias; deliberar sobre convocação de Assembléias gerais; contrair obrigações, adquirir, alienar bens e imóveis com a prévia autorização da Assembléia; representar a cooperativa em juízo ou fora dele; definir atribuições dos administradores contratados.

➤ **Conselho Fiscal**

Em ambas as situações se prevêem um Conselho Fiscal, no qual sua composição varia entre três e cinco membros efetivos e suplentes, eleitos em Assembléia. Esse Conselho se reúne uma vez por mês. Sua competência é: fiscalizar as atividades desenvolvidas pelas outras instâncias administrativas; analisar a contabilidade e assinar suas planilhas quando aprovadas; verificar possíveis reclamações dos cooperados; verificar o cumprimento das exigências junto às autoridades trabalhistas ou administrativas; avaliar estoques de materiais e equipamentos; examinar balancetes e outros demonstrativos do movimento da cooperativa; e dar conhecimento às instâncias diretoras de suas conclusões.

Os diretores não são remunerados. Porém, por decisão da Assembléia, poderão ser efetuados pagamentos de dias trabalhados a título de pró-labore.

➤ **Dissolução ou liquidação**

A Cooperativa se dissolverá voluntariamente, exceto quando um número de no mínimo vinte associados se dispuserem a dar continuidade. A dissolução ocorrerá quando: a assembléia convocada para esse fim assim deliberar; quando houver alteração de sua forma jurídica; pela redução do número de cooperados abaixo de vinte ou do capital constante abaixo do número estabelecido no estatuto; pela paralisação das atividades por tempo superior a cento e vinte dias. Quando a dissolução for decidida pela assembléia geral, esta nomeará um ou mais liquidantes e um conselho fiscal para proceder ao trabalho de liquidação. Em outra situação na qual esses processos não ocorrerem voluntariamente, esta medida deve ser tomada judicialmente, a pedido de qualquer sócio.

Por fim, definem-se os documentos essenciais: livros contábeis, de atas, de frequências em reuniões etc., e que os casos omissos serão resolvidos pelos conselhos ou diretorias, e referendados em assembléia geral.

11.7 O sentido das expressões coletivas da *luta na terra*

No âmbito geral, os estatutos das organizações às quais nos referimos não revelam grandes diferenças entre si. No plano da composição jurídica das organizações, houve basicamente um aperfeiçoamento dos princípios fundados pelos “Pioneiros de Rochdale” (século XIX, na Inglaterra) e atualizados pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional), que se aplica à realidade local dos camponeses amazônicos. Se há uma dimensão inovadora, esta ocorre na participação política dessas organizações, como herança benéfica que provém de suas origens em movimentos sociais. Contudo, documentalmente falando, não vemos aí o “novo cooperativismo ou associativismo” como entende Paul **Singer** (2000), ao tratar da “economia solidária”. Há sim uma busca por reinserir no contexto de circulação de bens e mercadorias grupos sociais que estavam alijados. Para isso, otimizam-se, às necessidades de mercado, as bases produtivas existentes paralelamente ao amadurecimento do processo de luta no âmbito dos movimentos de resistências camponesas locais, podendo ser “reescritos” outros princípios para as organizações coletivas e comunitárias, pois a prática indica para tais “campos de possibilidades”. Porém não é o que está previsto nos documentos firmados.

A solidariedade é um princípio que permeia a ação dos grupos. Porém, essa ação limita-se à dimensão interna e em relação à outros grupos camponeses organizados. Portanto, como definem os estatutos, uma solidariedade social não poderá se constituir sem uma elevação das condições de organização de toda a sociedade, sob base de ideais cooperativistas e associativistas. Então, desenhar-se-á um projeto social sob princípios econômicos que poderá ser norteado pela solidariedade. Isso é parte da “utopia” que acompanha cada projeto organizativo, e é o que nos entusiasma a acreditar na importância dessas iniciativas populares agrárias.

Na realidade amazônica-acreana, sob o ponto de vista estatutário, não vemos ainda expressas essas possibilidades. As organizações coletivas, em busca de viabilizar seu projeto econômico, atuam se fortalecendo no âmbito da economia capitalista, embora como *empresas coletivas*. Todavia, isso se dá com a inclusão social de grupos que estavam alijados, com a organização da produção, do consumo e da circulação de pessoas e mercadorias. Portanto, não vemos uma dimensão “revolucionária” para a sociedade em curso, mas ações de caráter reformistas, para a inclusão social de segmentos que estavam semi-excluídos.

Do ponto de vista da definição das organizações, as associações e centrais de associações trazem limitações para suas atuações. Já as cooperativas estão aptas a atuarem de forma mais ampla no âmbito da sociedade e do mercado. Entretanto, as associações e

centrais de associações estão mais próximas de seus associados e, necessariamente, estes deverão estar mais unidos entre si, enquanto as cooperativas têm uma relação mais distante, sendo que os cooperados articulam-se diretamente às sedes, que em geral se localizam na cidade. Entendemos que a centralidade das cooperativas e a descentralidade das associações e centrais são condições que influem na participação democrática dos associados. A realidade é que as organizações que conciliaram a base de sua sustentação em grupos, núcleos e associações, com uma centralização de ações funcionando conjuntamente, têm obtido bons resultados.

Outro ponto importante a ressaltar é o que entendemos por vivência democrática na organização. Nesse ponto, os dois padrões de estruturação administrativa das organizações demonstraram serem passíveis de participação de todos os trabalhadores associados. As assembléias são um espaço democrático a todos. Todavia, o padrão de colegiado, conforme explicitamos, é indiscutivelmente inovador e abre possibilidade de outras dimensões da participação democrática. Nesse ponto, vemos que as organizações têm muito a nos ensinar e contribuir para a construção democrática e participativa também da sociedade.

Contudo, a expressão estatutária, vista sob bases históricas do cooperativismo e do associativismo como instrumentos de *luta na terra*, já é referência para pensarmos condições objetivas para os camponeses *viverem melhor* em sua *terra de trabalho*. Nesse aspecto, a *luta na terra* permite a construção de bases legais para a firmação de alternativas de inclusão social, mas também a difusão de novos padrões no aproveitamento dos recursos naturais amazônicos. Isso explica a legitimação de práticas voltadas para o reaproveitamento dos potenciais do ambiente, como mercadorias específicas a serem colocadas no mercado.

Ademais, a expressão de ações dos sujeitos sociais faz parte de uma efetivação das intervenções nas relações sociais que os envolvem e os circundam. Aqui suas proposições (também como manifestação de um *habitus de classe*) se apresentam no conjunto das práticas que reforçam suas bases sociais na *luta na terra*. Isso tem sido o “fio de segurança” que permite o fortalecimento das organizações com ações coletivas de formação política, administrativa, produtiva etc, voltadas para a criação de mentalidades cooperativistas e associativas. Assim, ao colocarem certas atitudes a serem combatidas e outras a serem enaltecidas, demonstram sua capacidade de autocrítica, revendo proposições, inclusive em seus modos de vida.

A relação com outras instâncias de expressão das dimensões políticas, desde o Estado até as iniciativas privadas, dá-lhes condições de ver e agir politicamente como uma

força social que se manifesta no âmbito geral da sociedade. Isso, às vezes, contraditoriamente, negando a pouca expressividade social, política e econômica a que antes esses sujeitos estavam relegados, a organização coletiva e comunitária reforça a produção de mercadorias locais, mas respeitando a lógica do associado (que é a base da organização) que não opta por se capitalizar em sua unidade produtiva.

A questão estatutária é expressão da legalidade de ação das organizações. Ao determinar metas a atingir, expõe num mesmo processo o modo de vida desses camponeses organizados, perante a viabilização dos sujeitos como produtores de mercadorias. Tal processo, como expressão nutrida por ambigüidades (CHAUI, 1985), é colocado, por um lado, como demonstração dos ideais de categorias sociais camponesas, de associações ou cooperativas, em busca de ganhos coletivos próprios; e, por outro, pode ser instrumento de submissão ou de enfrentamento ao modo de produção os envolvem, no âmbito social e mercadológico.

Finalizando, acreditamos ter aqui apreendido quase a totalidade da expressividade de significações do cooperativismo e do associativismo amazônico-acreano, tanto no conjunto dos movimentos sociais e da luta dos camponeses, como em face do mercado. Todavia, estamos cientes de que há detalhes que ainda nos escapam. Estes são as especificidades que há em cada organização. Isto trataremos na parte seguinte deste trabalho.

U'